



Resgate histórico dos movimentos sociais e sindicais de Muriaé: do início da década de 1980 até 1994

Julio Cesar Pereira Monerat<sup>1</sup>

Kíssila Neves Soares<sup>2</sup>

Isadora Ribeiro Oliveira<sup>3</sup>

Ysnara Inêz Pereira de Lima<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

O projeto “Resgate histórico dos movimentos sociais e sindicais de Muriaé: da década de 1980 até 1994” é uma contribuição à História Social do município de Muriaé e seu entorno por meio da investigação dos processos que possibilitaram o surgimento e o fortalecimento dos movimentos sociais a partir da década de 1980 até a eleição e início da presidência de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O recorte temporal se justifica tendo por referência o contexto histórico marcado pelo final de ditadura civil militar (1964-85) e consolidação da redemocratização acompanhada de um processo de defesa e ampliação de direitos individuais e sociais. Ou seja, os marcos temporais indicados sinalizam para o momento de fortalecimento das lutas por direitos sociais nos anos 1980 até o início dos anos 1990, marcado pelo refluxo dessas lutas com a acessão de FHC e o ataque àqueles direitos sociais perpetrados por seu governo – período esse subsequente que será objeto de pesquisa futura.

Ressalte-se que o projeto “O Resgate...” é uma pesquisa ainda em andamento que envolve professores e alunos bolsistas do ensino médio integrado do IF Sudeste MG – Campus Muriaé. Se o contexto nacional tem certamente uma repercussão e, conseqüentemente, uma contribuição nos/dos diferentes sujeitos sociais que se organizaram a partir das pastorais sociais e do movimento sindical da região, deve-se considerar que muitos dos integrantes desses movimentos sociais e sindicais são atualmente parceiros do campus Muriaé do IF Sudeste MG através de diferentes projetos de extensão. Foi justamente a existência dessa prévia parceria que nos levou à seleção dos seguintes movimentos sociais e sindicais para o presente estudo:

---

<sup>1</sup> Professor do IF Sudeste MG – Campus Muriaé

<sup>2</sup> Professora do IF Sudeste MG – Campus Muriaé

<sup>3</sup> Aluna do IF Sudeste MG – Campus Muriaé (Bolsista PIBIC-Jr)

<sup>4</sup> Aluna do IF Sudeste MG – Campus Muriaé (Bolsista PIBIC-Jr)



- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé, Barão do Monte Alto e Rosário da Limeira;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miradouro;
- Comissão Pastoral da Terra;
- Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Seção Muriaé (Sind-UTE Muriaé).

Para o resgate histórico desses movimentos é fundamental a utilização de uma metodologia e garanta-lhes a plena expressão, sendo assim, optamos pelo recurso da História Oral, mediada por entrevistas em áudio e vídeo, acompanhada de análise de documentos do período, que incluem jornais da época, gravações em vídeo VHS, fotografias etc.

O projeto se constituirá, portanto, não apenas um resgate desse importante momento histórico social da região para a pesquisa científica, mas especialmente uma contribuição aos próprios movimentos sociais no registro de suas origens e posterior desenvolvimento e contribuição às lutas por direitos em seus respectivos campos de ação.

## DO CONTEXTO NACIONAL AO LOCAL

Durante a década de 1980, o Brasil, tendo em vista a lenta agonia da ditadura civil-militar que havia se iniciado em 1964, assiste ao nascimento, renascimento e fortalecimento de movimentos sociais que lutavam não somente pelo fim do regime ditatorial, mas ampliavam suas lutas em direção à conquista de direitos individuais e sociais (Schwarcz; Starling, 2015). Momentos marcantes desses movimentos podem ser identificados na Campanha pelas Diretas-Já, quando enormes contingentes populacionais se mobilizaram pela aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira que objetivava o retorno às eleições diretas para a Presidência da República, além das múltiplas campanhas de assinatura para as iniciativas populares durante a Constituinte no ano de 1986 (Priori; Venâncio, 2001). A mobilização pelas Diretas-Já acabou por redundar em fracasso do ponto de vista da aprovação da Emenda, bem como as propostas de lei de iniciativa popular também tiveram seus alcances limitados, porém, ambos os movimentos se constituíram em oportunidades de mobilização social que, em momentos posteriores, possibilitaram que os sujeitos sociais nelas envolvidos avançassem em direção à organização popular, seja através de movimentos sociais, culturais, sindicatos etc.



Diferentemente do contexto mundial da virada dos anos 1970 aos 1980, em que o ataque a conquistas sociais ganhava força com a implantação de políticas neoliberais especialmente na Europa, no Brasil as lutas sociais estavam na pauta do dia, demonstrando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista (Coggiola, 1990). Como afirma Santos:

Foi articulado ao “novo sindicalismo”, numa perspectiva de superação ao corporativismo sindical, historicamente dominante no Brasil, que se fortaleceram segmentos dos movimentos sociais protagonistas dos debates durante a formulação da Constituição de 1988 – sem dúvida um marco que, conforme já enfatizado por inúmeros analistas, contrasta com o panorama mundial de implementação de diretrizes neoliberais (SANTOS, 2012, p. 211).

Esse “novo sindicalismo” e sua articulação aos movimentos sociais que surgiram e se fortaleceram no Brasil também se desenvolveu na região de Muriaé na década de 1980, fundamentando uma então nova dinâmica da organização social na região. Mais especificamente, será a partir da Campanha da Fraternidade de 1986 (CNBB, s/d) que movimentos sociais e pastorais ligados à Igreja Católica se mobilizaram no sentido de fomentar um novo sindicalismo rural na região. Importa destacar que as Campanhas da Fraternidade são implementadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) através de suas paróquias e dioceses a cada ano com um tema específico. O tema do ano de 1986 foi “Fraternidade e terra” e os movimentos pastorais e sociais articulados à campanha daquele ano em Muriaé decidiram pelo “gesto concreto” de constituir uma força sindical local de luta por direitos. Eram as bases não somente do “novo sindicalismo”, mas “novos movimentos sociais”.

Como se pode verificar no depoimento desse agente de pastoral:

O Sindicato vai surgir das CEBs, grupo de pessoas com lideranças rurais, que era reunido e assessorado pelo MOBON (Movimento da Boa Nova), que existia na diocese de Caratinga, há muitos anos atrás, fazendo trabalho ‘pé no chão’ e buscando a religião como inspiração para a vida. Na década de 80, com orações, surgiu uma discussão: enquanto nós estamos aqui rezando, os trabalhadores rurais estão aí... Mesmo sofrendo uma pressão danada com a Ditadura Militar abriram um movimento de luta para os trabalhadores que discutissem seus problemas, nascendo a ‘semente’ do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para se falar dos direitos, que é o salário, e deveres. E o pessoal começa a discutir... Primeiro Sindicato criado foi em Tombos, depois em Muriaé.

Verifica-se assim, em seu nascedouro, uma clara vinculação entre os novos movimentos sociais e sindicais e a ação da Igreja Católica através da organização popular “nos clubes de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, de educação popular, nas



Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas Pastorais Populares das igrejas, nas associações de moradores, os movimentos de bairro emergiram com o apoio fundamental dos militantes católicos – informados pela Teologia da Libertação – e dos militantes de esquerda” (Montaño; Duriguetto, 2010). A dinâmica que articulava a postura pastoral popular calcada na Teologia da Libertação e os movimentos sociais país à fora podia ser verificada em Muriaé e região.

Necessário esclarecer que a Teologia da Libertação foi uma corrente teológica ligada à Igreja Católica - e também protestantes históricas - a partir do Concílio Vaticano II (1961-5) e mais especificamente no quadro latino americano a partir das Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano, realizadas em Medellín, Colômbia, em 1968 e em Puebla, México, em 1979 (Setor Pastoral Social – CNBB, 2001). Ao considerar o pobre como sujeito de sua libertação e não mais objeto de assistencialismo, as Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) formaram a base de atuação da Teologia da Libertação que buscava “articular a fé e os valores cristãos a teorias de inspiração marxista, como fundamento para a libertação dos pobres e dos povos oprimidos” (Montaño; Duriguetto, 2010, p. 365).

Por sua vez, ao priorizar o protagonismo dos pobres e oprimidos, a Teologia da Libertação carregava o legado da Pedagogia do Oprimido (Freire, 1981), cujo método de alfabetização de adultos se fundava em uma perspectiva emancipatória (Souza, 2010) e havia sido colocado em prática no final dos anos 1950 e início da década de 1960, quando os processos educacionais libertadores foram abortados pela ditadura civil-militar. O legado da Pedagogia do Oprimido desenvolvida por Freire se desdobrava assim, no resgate da condição de sujeito histórico-crítico dos pobres e oprimidos, fundamento da Teologia da Libertação.

Como se verifica nesse depoimento do agente de pastoral:

Aí surgiu em 86, as fundações dos sindicatos da região, foi em [Visconde do] Rio Branco primeiro, depois foi Miradouro, Muriaé, Carangola: Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Que aí discutia, vinha para os cursos de Boa Nova lá em Eugenópolis que era centro, que ali era região. Tombos, cidade vizinha daqui, lá tinha época de final de curso, final de semana, que dividia duas, três etapas porque o seminário não cabia a quantidade de gente. Então toda liderança era entusiasmada vinha participar porque era curso de formação e ali que ia surgindo as lideranças: o que faz, como fazer para organizar e as pessoas foram tendo entusiasmo para organizar e buscar seus próprios direitos.

Ambas as abordagens – Teologia da Libertação e Pedagogia do Oprimido – não se limitavam a estabelecer discursos teóricos, mas principalmente práticas críticas a partir da problematização da condição do oprimido. É o que afirma Freire (1981, p. 101): “o que temos



de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação”. Enfim, o desenvolvimento de uma “educação popular” (CEPIS, 2008).

Isso é o que se podia verificar em andamento na região, conforme esse depoimento do assessor pastoral:

Todos os Sindicatos da Zona da Mata nascem com um diferencial: não foram criados pelo governo e nem por padres. Somente da discussão de um movimento, o MOBON, originado pela CEBs. Nasce com lideranças de jovens rurais da primeira escola agrícola de Minas Gerais: Escola Agrícola Novo Horizonte, [em] Pirapanema. Naquela época, os alunos tinham uma formação diferente da convencional... Zé Maria, Rosa, Padre Agostinho e outros mais começaram com a sensibilidade dessa luta. O Padre Agostino liderava.

E também da fala de um camponês entrevistado ao relatar o trabalho de base nos Círculos Bíblicos:

Existe há muitos anos e inclusive hoje... Mexendo com a vida das pessoas, questionando, fazendo críticas e reflexões, tendo uma equipe que preparava a leitura bíblica baseada na Campanha da Fraternidade daquele ano, reunindo as lideranças sempre e refletindo o que a campanha propunha e os acontecimentos rurais da época.

Os vínculos entre os novos movimentos sociais e sindicais surgidos na região de Muriaé na década de 1980 e o contexto histórico vivenciado ficam mais claros:

1- o fim da ditadura civil-militar e o renascimento e fortalecimento dos movimentos sociais e da luta por direitos que terá reflexos na Constituição de 1988, conforme se verifica nesse estudo:

O Processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé deu-se num período caracterizado pelo surgimento dessas organizações em diversos outros municípios da região, cuja busca pela organização sindical se insere no contexto nacional de efervescência política, surgimento de partidos e frentes de ação popular que emergiram com o fim da Ditadura Militar e que possibilitou uma reorganização dos movimentos de base dando margem às suas manifestações.

A mobilização para fundação do Sindicato ocorreu de forma intensa e ramificada nas diversas comunidades formadas no meio rural a partir dos Movimentos de Base da Igreja Católica, principalmente os Núcleos de Evangelização Rural e a Boa Nova<sup>7</sup>. O conceito de comunidade caracteriza não apenas um espaço geográfico, mas está principalmente relacionado ao movimento religioso que introduziu a denominação de Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, para caracterizar pequenos grupos de trabalhadores organizados em torno da capela (SENSATO, 2013, p. 16).

2- os novos movimentos sociais e sindicais são decorrentes de um “gesto concreto” assumido pelas pastorais sociais em âmbito local – mais especificamente na forania de Muriaé,



pertencente à Diocese de Leopoldina da Igreja Católica – a partir de uma Campanha da Fraternidade cujo tema era a questão da terra;

3- a Campanha da Fraternidade de 1986, ao tematizar a questão agrária no Brasil leva ao debate sobre a condição dos camponeses e trabalhadores rurais na região;

4- por sua temática social, a Campanha da Fraternidade de 1986 vinculava-se teologicamente à Teologia da Libertação e o protagonismo dos pobres;

5- ao fundamentar-se no protagonismo dos pobres, a Teologia da Libertação, por sua vez, remetia à Pedagogia do Oprimido, desenvolvida por Paulo Freire que, por sua vez, voltava-se à possibilidade do desenvolvimento de uma ação política emancipatória pelos oprimidos partindo da problematização de suas respectivas realidades.

Todo esse contexto tem, portanto, elementos nacionais e locais que contribuirão para a retomada dos movimentos sociais e sindicais pelo país afora. Ou seja, ao estudarmos Muriaé nesse período, mais que um mero recorte da realidade, estaremos nos apropriando de elementos que nos possibilitam compreender o caráter contraditório das relações capitalistas no Brasil daquele momento (Mendonça; Fontes, 1994). Contradições essas que, por sua vez, articulam-se ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial durante a década de 1980, no decorrer da qual, Ronald Reagan, na presidência dos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, como primeira ministra britânica, iniciaram a implantação de políticas liberalizantes em seus respectivos países e cujo fechamento, no ano de 1989, assistiu à queda do Muro de Berlin, culminando nos anos seguintes com a derrocada dos regimes stalinistas (Behring; Boschetti, 2011). O cenário contraditório podia ser verificado na situação de continuados ataques aos direitos sociais nos países europeus ao mesmo tempo em que, no Brasil, um país da periferia do sistema, a dinâmica social apontava em outra direção, qual seja, a ampliação de direitos. Não é nosso objetivo aqui, mas é preciso salientar o caráter extremamente limitado (ou mesmo inexistente) das conquistas sociais por aqui efetivadas, especialmente aquelas com potencial de alteração na distribuição da propriedade e da riqueza, tais como Reforma Agrária, uma Tributária Progressiva, Reforma Urbana, dentre outras (Santos, 2012).

Muriaé reflete essa contraditoriedade presente no Brasil de então através da convivência entre diferentes formas de inserção na ordem do capital. Marcando de forma mais intensa as lutas sociais em Muriaé está o trabalho rural, onde conviviam o trabalho familiar e



o assalariamento. Nos anos “1980, os dados apontam no campo a presença de 62% de trabalhadores familiares e 38% de trabalhadores assalariados” (Oliveira, 2013). Mas não somente a questão social agrária foi considerada pelos movimentos sociais: a questão do menor, da água (no campo e na cidade), dos gêneros, do meio ambiente dentre outras acabaram sendo tratadas por tais movimentos. Note-se que muitos desses temas sendo pautados pelas Campanhas da Fraternidade, mas não somente por elas, e trabalhados pelas Pastorais Sociais (Setor Pastoral Social – CNBB, 2001).

O depoimento de um dos camponeses entrevistados destaca essa situação:

Era novena de Natal, das novenas de Natal o pessoal passou a gostar e daí surgiram as comunidades de base, cursos de Boa Nova, que era curso de Natal, cursos da Campanha da Fraternidade, que era Semana Santa que todo ano tinha, no meio do ano tinha curso de formação das lideranças de igreja das comunidades rurais. E daí foram surgidas as lideranças, (...) através dos cursos de Boa Nova com Alípio e João Rezende incentivaram que não deveria só rezar, mas também atuar, fazer algum compromisso. E isso aí foi surgindo é que as pessoas tinham que orar e vigiar, mas também ter compromisso.

O que confirma que a dinâmica local se articulava a um processo que ocorria em escala nacional, conforme Sensato: “Junto à constituição de um novo quadro de referências para as organizações sindicais, inúmeros mediadores e agentes políticos iniciaram um processo de apoio à formação de novos sindicatos em todo país”. Destacando-se o papel da Igreja católica nessa mediação: “Principalmente naquelas regiões de maior presença de grupos ligados a igreja católica esse processo assumiu um formato peculiar de mobilização e organização dos trabalhadores em torno da organização sindical” (SENSATO, 2013, p. 23). No caso específico da formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé (STR-Muriaé), verifica-se além da importância da Igreja, a contribuição do sindicalismo urbano por meio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que se vinculavam nesse processo formativo às Escolas Agrícolas: “Nesses primeiros momentos, é marcante a presença de pessoas ligadas a CPT, a CUT e as Escolas Família Agrícola, as EFA’s, que também assessoraram o processo de fundação da organização” (SENSATO, 2013, p. 26).

Ainda no que se referem ao STR-Muriaé, as diferentes articulações, no entanto, não retiravam o protagonismo dos trabalhadores rurais:

Por meio dos documentos e relatos é possível perceber que os trabalhadores (as) assumiram um protagonismo diante da proposta de fundar o sindicato tendo em vista que das reuniões que aconteciam na cidade, era delegada aos próprios trabalhadores a função de mobilização no meio rural, nas comunidades. (...) A mobilização no período que antecede a fundação do sindicato era feita pelos próprios trabalhadores (as) através de uma troca entre aqueles que pertenciam a



diferentes comunidades, em que um ia pra comunidade do outro para dar cursos e falar sobre o sindicato. Essa troca foi uma prática utilizada pelos grupos do Movimento Religioso da Boa Nova entre aqueles que faziam o curso e que tinham como compromisso repassá-lo aos demais. Na mobilização para fundação do sindicato essa prática foi repetida. Os espaços dos grupos de reflexão dos movimentos de base eram usados para mobilizar, conscientizar e esclarecer os demais trabalhadores e principalmente para fortalecer sua consciência sindical. (SENSATO, 2013, pp. 26-7).

Verifica-se claramente, além do permanente trânsito dos trabalhadores de diferentes comunidades, a transferência de experiências práticas bem sucedidas na formação religiosa para a dinâmica de formação sindical, o que reforça aqueles laços já referenciados entre pastorais sociais e o novo sindicalismo. Mais do que isso, a articulação de diferentes movimentos sociais e sindicais cria um efeito sinérgico de fortalecimento das lutas populares e sindicais tendo por fundamentação não mais o assistencialismo sindical ou religioso, mas a própria organização dos trabalhadores:

Nesse período, foi possível identificar uma série de princípios defendidos pelos movimentos sociais, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, e que permearam a ação política dos trabalhadores influenciando na sua concepção sobre o papel do sindicato. Compunham esses princípios a busca por uma ação sindical autônoma que se distanciasse do assistencialismo e das alianças que esvaziaram a legitimidade dos sindicatos nas décadas anteriores. Tais princípios apareciam de modo recorrente nos espaços de formação promovidos pela igreja e foram bastante ressaltados nos relatos dos primeiros trabalhadores rurais que se envolveram na fundação do sindicato (SENSATO, 2013, p. 79).

Essa vinculação entre “fé e política” – para utilizar uma expressão que se tornaria referência nos espaços de militância religiosa popular foi uma clara opção tática dos envolvidos para contornar as dificuldades à organização sindical colocada pelas classes dominantes locais. Dentre essas dificuldades iniciais os relatos fazem referência às limitações financeiras dos sujeitos envolvidos, mas eles destacam as ameaças e os atos de violência perpetrados especialmente no campo com o intuito de impedir a organização dos trabalhadores. É o que se pode verificar no relato de um camponês:

O coronel que, invadia as terras das pessoas. Ele chegava, invadia a terra e dali mudavam de vida e a pessoa tinha que aceitar. Ali houve na época muita morte, houve muita morte naquela época. Eles mataram, perseguiram, judiaram com certas famílias né? (...) E nessa época em Miradouro obrigaram a fazer um abaixo assinado na região inteira pedindo reforço para o estado de Minas, que viessem para cá porque ia morrer muita gente.

Ou seja, a organização religiosa que já existia, mas ainda com um viés assistencialista, foi perpassada pelos valores do protagonismo popular da Teologia da Libertação, dando-lhe uma nova configuração que será a base para a organização sindical. A tomada de posição



política, o que incluía a participação no sindicato e nos movimentos sociais, era decorrente de um compromisso religioso (cristão), o que, por sua vez, contribuía para romper o medo dos trabalhadores frente às ameaças e às violências sofridas em suas relações com a classe dominante e com o próprio poder público, reforçando a vinculação entre a fé em uma vertente popular e um novo movimento social e sindical fundado no protagonismo dos sujeitos que deles fazem parte.

Enfim, esse é o referencial mínimo para se entender o surgimento desses movimentos sociais e sindicais na região de Muriaé e sua relação com as dinâmicas contraditórias do capitalismo no Brasil e no mundo a partir da perspectiva desses próprios movimentos. Como verificamos, é fundamental o papel desempenhado pelas pastorais sociais nessa dinâmica, bem como sua articulação com a Teologia da Libertação. Em decorrência dos processos de formação implementados por esses movimentos, verificamos ainda a Pedagogia do Oprimido como marco de desenvolvimento do chamado trabalho de base que possibilitou o processo de organização popular local.

## METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme já enfatizado, essa é uma pesquisa em andamento que está finalizando o levantamento de dados, especialmente a coleta de depoimentos dos envolvidos. Sendo assim, na sua sequência precisaremos analisar o material pesquisado a partir de um referencial teórico capaz de captar suas fundamentações mais profundas. Aqui nesse espaço, não nos cabe aprofundar esse referencial, mas apenas indicá-lo, bem como os desdobramentos esperados com o presente trabalho dentro do contexto social do qual faz parte.

Metodologicamente a presente pesquisa vincula-se a uma concepção materialista da história e, para tanto, se funda no caráter social e contraditório dos processos históricos. Por materialista entendemos que os processos de produção da vida material de cada sociedade são fundantes das relações sociais. Tais processos determinam e são dialeticamente determinados por relações sociais, políticas e ideológicas que, ao mesmo tempo em que se reproduzem enquanto tais, são permanentemente modificadas em decorrências das contradições que suscitam. Ou seja, metodologicamente entendemos as relações sociais em permanente devir em decorrência das contradições estabelecidas fundamentalmente nas condições materiais de existência material.



Dessa forma, o objeto de estudo que desenvolveremos nessa pesquisa deverá ser considerado como elemento não apartado de uma totalidade sócio-histórica, mas umbilicalmente a ela articulado (Tonet, 2012). Ou seja, ao estudarmos Muriaé nesse período, mais que um mero recorte da realidade, estaremos nos apropriando de elementos que nos possibilitem compreender o caráter contraditório das relações capitalistas no Brasil daquele momento, da mesma forma que o entendimento da totalidade nos franqueia um maior entendimento da realidade local estudada.

Certamente esse é um processo marcado por determinações, contradições e descompassos, de forma que estaremos mobilizando a ideia de um desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista ao buscar articular as dinâmicas locais à totalidade em processo do sociometabolismo do capital, o que se configura particularmente como uma contribuição do pensamento trotskista (Coggiola, 1990) à nossa pesquisa.

Porém, por enfatizar os processos políticos em andamento no momento histórico estudado, será preciso recorrer à literatura gramsciana (Coutinho, 1999; 2011) para um correto entendimento dos processos de luta hegemônica que se desdobravam. O recurso ao pensamento de Antonio Gramsci nos levará ao aprofundamento dos processos de “revolução passiva” e “modernização conservadora” (Santos, 2012) que marcaram a derrocada da ditadura civil-militar da forma tutelada que foi conduzida a redemocratização. Processos políticos que nos remetem necessariamente às condições materiais de produção e reprodução da vida marcadas pela contradição e luta de classes.

Esse arcabouço teórico, por sua vez, deverá ser capaz de empreender uma análise dos movimentos sociais e sindicais de Muriaé em sua articulação com a totalidade e, para isso, necessitará partir do próprio entendimento que tais movimentos fazem de si mesmos. Para isso, estaremos recorrendo ao método de estudo histórico identificado como História Oral, em que, através de entrevistas semiestruturadas, estamos resgatando os processos históricos a partir das percepções de seus protagonistas.

É preciso, no entanto, fazer duas importantes considerações: a primeira é a que valoriza o uso dessa metodologia da História Oral por ser aquela mais coerente com o estudo de movimentos sociais e sindicais cujos processos de constituição e fortalecimento são justamente marcados pela efetivação de seus protagonismos. Ou seja, o objetivo é “dar voz”



àqueles que lutaram para ter suas “falas garantidas e respeitadas”, o que garante uma coerência á nossa pesquisa.

A segunda consideração, por sua vez, deve reconhecer que o mero entendimento que os movimentos sociais e sindicais fazem de sua trajetória não nos garante uma correta compreensão dos processos históricos estudados. Será preciso “problematizá-los” a partir das categorias já indicadas e que se referem ao caráter contraditório dos processos sociais para que tenhamos a exata medida de seus respectivos alcances e limitações. Enfim, ainda que recorramos à História Oral como forma de possibilitar que os sujeitos sociais se exponham, não abriremos mão do papel a ser desempenhado pelos pesquisadores a partir da aplicação de uma determinada forma de entender a materialidade do processo histórico.

Como desdobramento do estudo realizado e tendo em vista a peculiaridade dos movimentos sociais e sindicais estudados, será necessário dar-lhes o devido retorno do material da reflexão desenvolvida. E isso de uma maneira mais comprometida ainda por se tratarem, em muitos casos, de movimentos que já possuem uma relação de parceria com o campus Muriaé do IF Sudeste MG em diferentes projetos de extensão, tais como a Campanha Permanente pela Vida e Contra os Agrotóxicos, Fórum de defesa da Vida e do Meio Ambiente, e suas vinculações aos grupos de estudo institucionalmente constituídos e cadastrados: Núcleo de estudos em Agroecologia (NEA), o Centro de Análise Socioambiental (CASA). Também, ao possibilitar esse “retorno” da pesquisa aos movimentos, estaremos garantindo mais uma forma de coerência com as abordagens pedagógicas por eles adotadas, ou seja, a “problematização” tão cara ao método Paulo Freire.

Enfim, essas considerações sobre os desdobramentos nos levam a reconhecer que a pesquisa aqui apresentada não se limita a uma relevância acadêmica, mas desdobra-se em uma contribuição aos movimentos sociais e sindicais estudados, o que, por sua vez, reforça o papel do campus Muriaé na promoção do desenvolvimento social local.

Não menos importante é salientar que essa pesquisa deverá ser posteriormente continuada abarcando os momentos históricos seguintes, ou seja, uma próxima pesquisa sobre os movimentos sociais e sindicais locais no período da presidência de Fernando Henrique Cardoso e outra pesquisa mais adiante sobre tais movimentos no contexto da presidência de Lula da Silva.



O estudo proposto no presente trabalho e nos seus potenciais desdobramentos tem como referencial de fundo o debate sobre a consciência de classe e ideologia. Se nos referenciamos em Trotski para entender a dinâmica contraditória do capitalismo e em Gramsci para a compreensão da disputa hegemônica do contexto em análise, é preciso enfatizar que é em Marx (2013) – e também em Engels, por conta de sua parceria na redação da Ideologia Alemã (2015) – que teremos uma fundamentação do debate sobre consciência de classe e ideologia. É justamente esse referencial que nos leva a não enfatizar de maneira unilateral e simplista o papel da educação de base na constituição dos movimentos sociais e sindicais nesse período estudado, seja em Muriaé ou no restante do Brasil. No dizer de Marx e Engels:

*São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo da vida real (MARX; ENGELS, 2015; p. 39; grifo nosso).*

Ou seja, devemos entender a organização social de caráter popular materializada nos movimentos sociais e sindicais nesse período não de uma forma idealista cuja subjetividade social, sem um referencial na realidade concreta, se insurgiria contra a ordem estabelecida, nem tampouco como resultado de uma ação vanguardista – seja de um partido ou, no caso, da Igreja. É justamente o referenciamento das relações sociais concretas que nos permite captar de forma totalizadora os processos sociais em curso no momento estudado. É também esse referencial que nos possibilita entender as relações contraditórias entre as condições concretas que nos revelam a resposta neoliberal do capitalismo mundial à crise dos anos 1970 e sua articulação com o esgotamento do projeto hegemônico sob a ditadura civil militar que vinculava capital nacional e internacional no Brasil desse período. Enquanto, no Brasil, não estava plenamente nascido o novo projeto hegemônico neoliberal – o que se daria na década de 1990 – foi possível o fortalecimento de uma consciência de classe que apontava para um projeto popular de emancipação política.

Enfim, o permanente cuidado com a articulação contraditória e dinâmica entre condições objetivas e subjetivas é que nos possibilitará analisar o período em estudo sem nos deixarmos tragar por um dos polos específicos daquelas condições. Além disso, esse cuidado dialético nos leva a considerar como fundamenta o caráter dinâmico da consciência de classe e sua historicidade. Não há, assim, uma consciência de classe da classe trabalhadora pairando



em uma esfera externas às relações sociais concretas e que se manifestaria em dadas condições. Como também não existe um permanente caráter conciliatório das classes trabalhadoras. Ambas as abordagens não captam a realidade justamente por serem a-históricas, ao passo que a consciência de classe justamente o resultado das condições materiais em que se desenvolve a história.

## BIBLIOGRAFIA

Behring, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011, 9ª edição.

CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo: CEPIS, 2008.

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) Campanha da Fraternidade 1986. Disponível em: <http://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1986>. Acesso: 09/05/2016.

COGGIOLA, Osvaldo. Trotsky ontem e hoje. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_ (Org.). O leitor de Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 9ª edição.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_ & ENGELS, Friederich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDONÇA, Sônia; FONTES, Virgínia. História do Brasil recente: 1964-1992. São Paulo: Ática, 1994.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990 (Questão Agrária, vol. 6). São Paulo: Expressão Popular, 2013, 2ª edição.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. O livro de ouro da História do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A Comissão dos Atingidos pela Mineração e a Luta de Resistência à Expansão da Mineração de Bauxita (e a Favor da Agricultura Familiar) na Zona



da Mata de Minas Gerais. In: II Seminário Nacional “Movimentos Sociais, participação e democracia”, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, SC.

\_\_\_\_\_. A expansão dos projetos de barragens e mineração na Zona da Mata – Articulando as lutas de resistência a favor da agricultura familiar. In: ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Josiane. Questão social: particularidades do Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHWARTCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia da Letras, 2015.

SENSATO, Elisa. Entre promessas e contradições: dilemas da ação política na trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muriaé. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2013.

SETOR PASTORAL SOCIAL – CNBB. O que é Pastoral Social. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

SOUZA, Ana Inês. Educação e atualidade brasileira: a emersão do povo na história. In: SOUZA, Ana Inês (Org.). Paulo Freire: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 2ª edição.

TONET, Ivo. Método científico: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.